

LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

ALEXANDRE BOSCO DA SILVA OLIVEIRA

**AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NA SELEÇÃO PARA INGRESSO NAS
CORPORAÇÕES MILITARES ESTADUAIS DO RIO GRANDE DO NORTE**

Natal-RN
2013

ALEXANDRE BOSCO DA SILVA OLIVEIRA

**AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NA SELEÇÃO PARA INGRESSO NAS
CORPORAÇÕES MILITARES ESTADUAIS DO RIO GRANDE DO NORTE**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Centro Universitário do Rio
Grande do Norte, como requisito para
obtenção do título de Especialista em
Avaliação Psicológica.

Orientador: Prof. Dr. João Carlos Alchieri.

Natal-RN
2013

ALEXANDRE BOSCO DA SILVA OLIVEIRA

**AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NA SELEÇÃO PARA INGRESSO NAS
CORPORAÇÕES MILITARES ESTADUAIS DO RIO GRANDE DO NORTE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Centro Universitário do Rio Grande do
Norte, como requisito para obtenção do título
de Especialista em Avaliação Psicológica.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. João Carlos Alchieri
Orientador

Nome completo
Membro

Nome Completo
Membro

À Deus, por me sustentar e ser meu provedor
À minha esposa Lidianne, pelo apoio
Aos meus pais por tudo.

AGRADECIMENTOS

Ao professor orientador

A instituição da Polícia Militar do Rio Grande do Norte pela permissão em realizar a pesquisa, especialmente ao Tenente-Coronel Silvério, ao Major Cavalcante e ao Capitão Eptácio.

Aos colegas de turma, pelo companheirismo.

Ainda que teus passos pareçam
inúteis, vai abrindo caminhos, como a
água que desce cantando da
montanha. Outros te seguirão...

Saint-Exupéry

RESUMO

A pesquisa realizada, de natureza documental, mostra o processo de avaliação psicológica na seleção de soldados para o Corpo de Bombeiros Militares do Estado do Rio Grande do Norte no ano de 2012. São demonstrados dados e resultados do processo metodológico para ingresso nas Corporações Militares do Estado. Desde os perfis profissiográficos existentes, os instrumentos disponíveis, as técnicas utilizadas, os testes administrados e os achados diagnósticos mais recorrentes na Junta Policial Militar de Saúde. O objetivo do trabalho é caracterizar o processo de avaliação psicológica nas instituições militares Estaduais, que são a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar. Os resultados da pesquisa são esclarecedores, inéditos e norteadores para alavancar novas etapas na seleção dos próximos concursos, de maneira a corrigir falhas e agregar procedimentos inovadores, eficientes e tecnicamente indicados para uma avaliação seletiva de profissionais de segurança pública. Foram avaliados 58 candidatos, 56 considerados aptos a assumir a função de soldado do Corpo de Bombeiros Militar e 2 considerados inaptos.

Palavras-chave: Avaliação psicológica, Seleção, Corporações Militares Estaduais, Perfil profissiográfico.

ABSTRACT

The survey, nature documentary shows the process of psychological assessment in the selection of soldiers for the Fire Department of the Military State of Rio Grande do Norte in 2012. Stated data and results of the methodological process for admission to the State Military Corporations. Since the profiles professiograph existing available tools, techniques, tests administered and the most frequent diagnostic findings with the Board of Police Military Health The objective is to characterize the process of psychological evaluation in the State military institutions, which are the Police military and Fire Brigade. The survey results are original and guiding to leverage new steps in the selection of the next contests in order to fix bugs and add innovative procedures, efficient and technically suitable for selection assessment of public safety professionals. We evaluated 58 candidates, 56 deemed fit to assume the role of a soldier of the Fire Brigade and 2 considered unfit.

Keyword: Psychological Assessment, Selection, State Military Corporations, Professional Profile.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FOTOGRAFIA 01- Quartel do Comando Geral da Polícia Militar do RN.....	17
TABELA 01 - Círculo de militares.....	18
TABELA 02 - Demonstrativo de efetivo e subsídio.....	20
FOTOGRAFIA 02 - Inauguração do CBM.....	22
FOTOGRAFIA 03 - Soldados do CBM em treinamento.....	23
TABELA 03 - Concorrência de diagnósticos psiquiátricos.....	29
TABELA 04 - Diagnósticos recorrentes.....	30
GRÁFICO01 - Representação de um candidato.....	37
GRÁFICO 02 - Representação de outro candidato.....	38

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PM – Polícia Militar

CBM – Corpo de Bombeiros Militar

CABS – Centro de Ação Básica a Saúde

JPMS – Junta Policial Militar de Saúde

JPMES – Junta Policial Militar Especial de Saúde

SPA – Serviço de Psicologia Aplicada

LTS – Licença para Tratamento de Saúde

RDPM – Regulamento Disciplinar da Polícia Militar

SD – Soldado

CAP – Capitão

HPM – Hospital da Polícia Militar

TC – Tenente Coronel

RN – Rio Grande do Norte

DSPM – Diretoria de Saúde da Polícia Militar

MAJ – Major

CFSD – Curso de Formação de Soldados

CFC – Curso de Formação de Cabos

CFS – Curso de Formação de Sargentos

CFO – Curso de formação de Oficiais

DP – Diretoria de Pessoal

QOSPM – Quadro de Oficiais de Saúde da Polícia Militar

CID – Classificação Internacional de Doenças

DSM-IV – Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais - 4ª edição

AC – Atenção Concentrada

TEPIC-M – Teste Pictórico de Memória

R1 – Teste de Inteligência

CFP – Conselho Federal de Psicologia

SATEPSI – Serviço de aprovação de testes de psicologia

HTP – *House tree personal* (trad.casa árvore pessoa)

SDPM – Soldado da Polícia Militar

MCMI-III – *The Millon Clinical Multiaxial Inventory – III* (trad. Inventário Clínico

Multiaxial de Millon – III

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

SESED – Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 CORPORAÇÕES MILITARES ESTADUAIS.....	16
2.1 POLÍCIA MILITAR.....	16
2.2 CORPO DE BOMBEIROS MILITAR.....	21
3 AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA.....	24
3.1 PERFIL PROFISSIONAL PARA SELEÇÃO.....	25
3.2 AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA ATÉ 2011 NA PM E CBM.....	26
3.3 DIAGNÓSTICOS RECORRENTES.....	29
3.4 PERFIL PROFISSIONAL SUGERIDO.....	32
4 AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NO PROCESSO SELETIVO PARA SOLDADO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE 2012.....	34
5 CONCLUSÃO.....	40
REFERÊNCIAS.....	42
APÊNDICES.....	45
ANEXO.....	46

1 INTRODUÇÃO

As Corporações Militares Estaduais do Rio Grande do Norte, Polícia Militar (PM) e Corpo de Bombeiros Militar (CBM), fazem parte da Secretaria de Segurança Pública e da Defesa Social do Estado, integrando um sistema de segurança que inclui também a Polícia Civil e o Instituto Técnico Científico de Polícia (ITEP). A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar realizam atividades de policiamento ostensivo e preventivo nas ruas, atendem o público diretamente no ato da solicitação ou emergência, se diferenciam da Polícia Civil e do ITEP, que realizam um trabalho de polícia judiciária e investigativa, no entanto, a PM e o CBM podem desenvolver um trabalho investigativo, auxiliando as demais instituições, os policiais civis e a polícia técnica.

Frente ao crescimento populacional e a demanda da criminalidade cada vez maior, os Governos Estaduais estão necessitando aumentar o efetivo de policiais e bombeiros, e o Governo do Rio Grande do Norte não é diferente, nos últimos nove anos houve nove convocações de policiais militares e três de bombeiros militares. Tal demanda revestida de responsabilidade gera expectativas no processo seletivo, especificamente no referente à avaliação psicológica, cuja etapa é eliminatória considerando o candidato apto ou inapto para a função, devido à equiparação ao perfil profissiográfico do cargo. As características avaliadas pelo perfil profissiográfico até então são de personalidade, inteligência, psicomotricidade, memória visual, memória auditiva e atenção concentrada. Estas atendem a conformidade da Lei complementar nº360 de 21 de julho de 2008, que altera a Lei estadual nº4630 de 16 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares do Estado do Rio Grande do Norte, e dá outras providências. Desse modo, a avaliação psicológica é uma etapa necessária e imprescindível no processo seletivo, para a verificação ao ingresso das condições psicológicas de algum candidato e da possibilidade que não tenha uma compatibilidade de perfil. Entende-se que esse candidato poderá trazer prejuízos à sua saúde, para as instituições e a sociedade, atuando de maneira errônea e precipitada no combate a criminalidade e as urgências, além da inadaptação as características militares de hierarquia e disciplina das referidas Corporações.

Sendo assim, o processo avaliativo psicológico na seleção para ingresso nas corporações militares estaduais, precisa ser cada vez mais capaz de identificar

características do candidato, além de possíveis patologias psiquiátricas, inviabilizando tal profissional para o desempenho exigido. É com esse objetivo que foi alcançado um feito pela primeira vez na história no RN da PM e do CBM, uma avaliação psicológica integrada com a avaliação psiquiátrica, onde os profissionais de saúde mental trabalharam juntos sob a supervisão de um pesquisador da UFRN, inovando a metodologia e os instrumentos utilizados, levando a uma maior eficiência e qualidade do processo.

O processo de avaliação psicológica realizado até então nas Corporações Militares Estaduais do Rio Grande do Norte, que são as instituições da Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar, necessita de atualização e revisão, tendo em vista que os oficiais médicos da Junta Policial Militar de Saúde (JPMS) e os profissionais de saúde mental das referidas instituições identificam um considerado número de afastamentos do trabalho e de aposentadorias por invalidez decorrentes de motivos psiquiátricos. Desse modo, a avaliação psicológica mais adequada e aperfeiçoada tomando por base um perfil profissiográfico revisado das funções será imprescindível para acompanhar desde o ingresso nas Corporações ao processo de formação e desempenho das atividades. Desta forma espera-se, minimizar o número elevado de policiais e bombeiros militares afastados do serviço, e consequentemente, diminuir o prejuízo da sociedade e da gestão da PM e do CBM com a perda de profissionais da segurança pública trabalhando nas ruas.

A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar são as corporações militares estaduais do Rio Grande do Norte, fazendo parte da secretaria de segurança pública e da defesa social do Estado. São compostas por profissionais, homens e mulheres, divididos em duas categorias profissionais, os oficiais e as praças, os primeiros são encarregados da administração, comando e fiscalização da tropa, ocupando posições na carreira escalonadas denominados postos, e as praças são os profissionais que atuam diretamente no trabalho ostensivo nas ruas, obtendo na sua posição a denominação de graduados. Os oficiais auxiliam as praças eventualmente em ocorrências mais conturbadas no dia-a-dia no chamado “teatro operacional”, que é o termo técnico utilizado pelos militares para caracterizar a rua, ou seja, o meio externo às casernas¹.

A hierarquia e a disciplina são a base institucional da Polícia Militar, crescendo

¹ Habitação de militar em quartel ou praça; quartel. (Rocha, 1996)

a autoridade e a responsabilidade de acordo com o grau hierárquico. O Corpo de Bombeiros Militar também se enquadra nesses princípios, já que pertenceu a Polícia Militar até o ano de 2002, quando se emancipou, muito embora na sua organização e atuação tenha permanecido com os mesmos princípios regulamentares e estatutos dos policiais militares. A hierarquia é a ordenação da autoridade em níveis diferentes dentro da estrutura das corporações, e a ordenação se faz por postos ou graduações, e dentro de um mesmo posto ou de uma mesma graduação faz-se por meio da antiguidade do militar. A disciplina é a rigorosa observância do cumprimento das leis, normas, regulamentos e disposições que subsidiam a instituição militar e coordena o funcionamento regular com harmonia, traduzindo-se no impecável cumprimento do dever por parte de todos. (Lei 4.630,1976)

As posições dos militares são divididas em círculos hierárquicos, que são os âmbitos de convivência dos profissionais que ocupam a mesma categoria, com a finalidade de desenvolver um relacionamento mútuo de camaradagem, confiança, respeito e estima, sem o prejuízo de nenhuma parte. (Lei 4.630,1976) O respeito ao grau hierárquico no militarismo traduz-se pelo acatamento a escala sequencial de autoridade de acordo com a patente de cada um, ou seja, a obediência ao oficial e ao graduado pelo militar mais moderno (a expressão moderno e antigo refere-se ao militar que tem menos tempo e mais tempo na função, respectivamente), assim, estabelece-se a ordem nas corporações.

O objetivo geral do trabalho é caracterizar o processo de avaliação psicológica nas Corporações Militares Estaduais do Rio Grande do Norte.

Os objetivos específicos são: analisar o perfil profissiográfico atual das funções; verificar os instrumentos utilizados atualmente e seus resultados; identificar instrumentos e metodologia de avaliação psicológica mais adequados; elaborar uma avaliação psicológica que vise identificar no candidato a ingresso as patologias mais recorrentes, e assim selecionar com mais critérios os profissionais.

A metodologia utilizada no trabalho foi uma pesquisa documental dos prontuários de saúde dos pacientes afastados do trabalho na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Norte, com vista ao desenvolvimento e análise do perfil profissiográfico, preliminarmente buscaram arrolar características de instrumentos e procedimentos metodológicos utilizados em avaliações psicológicas passadas, identificando indicadores, e resultantes de forma

a caracterizar o perfil definido. O local da pesquisa foi o setor da JPMS (Junta Policial Militar de Saúde) e o CABS (Centro de Ação Básica a Saúde), ambos situados no Centro Clínico Coronel José Carlos Passos, na Avenida Alexandrino de Alencar, bairro do Alecrim, Natal-RN; a coleta dos dados agrupou os profissionais em atendimento em duas categorias de afastamentos do trabalho. A LTS total (Licença para Tratamento de Saúde) que são os militares totalmente afastados do serviço para se dedicarem exclusivamente ao tratamento recomendado pela equipe de saúde mental. A LTS com restrição do serviço, cujos militares cumprem expediente interno administrativo duas, três ou cinco vezes por semana, dependendo do caso, e conciliam o tratamento de saúde indicado; dentro dessas categorias serão levantados os diagnósticos mais recorrentes, e classificados quanto a sua relação de causa e efeito com a atividade militar.

2 CORPORAÇÕES MILITARES ESTADUAIS

No Brasil, as Corporações militares são: A Marinha, o Exército e a Aeronáutica, essas são instituições Nacionais, destinadas à defesa da pátria, e as polícias militares e os corpos de bombeiros militares ficam sob comando e organização dos Governos estaduais, tornando-se, portanto as corporações militares estaduais. (Brasil, 2004)

2.1 POLÍCIA MILITAR

A história da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte começou há 178 anos, com sua fundação em 27 de junho de 1834 com o nome de Corpo de Polícia da Província e com o efetivo de 40 homens, a comando do Tenente do Exército Manoel Ferreira Nobre, mas somente foi organizada no dia 04 de novembro de 1836 no Governo do Dr. João José Ferreira de Aguiar. (Dantas,2010)

A Polícia Militar desempenhou forte atuação no combate ao cangaço no RN, destacando a invasão do bando de Lampião em Mossoró na data de 13 de junho de 1927, onde a Polícia Militar unida ao povo da cidade expulsou o perigoso bando. Entretanto, a maior demonstração de heroísmo e bravura da Polícia Militar do RN foi por ocasião da Intentona Comunista de 1935, quando com seu efetivo bastante reduzido de homens e armas, resistiu ao poderio bélico dos revolucionários da época. Na ocasião, a Polícia Militar perdeu o bravo Soldado Luiz Gonzaga de Souza no dia 24 de novembro de 1935, que defendia heroicamente o Quartel do Comando policial militar. (<http://assecompmrn.wordpress.com/about/>)

A missão principal da PM é a de preservar a ordem pública e garantir a segurança dos cidadãos, atuando em diversas formas de policiamento nas ruas 24 horas por dia, que ao longo do tempo vem se modernizando e ampliando suas atividades como mantenedora da ordem pública, melhorando suas obrigações constitucionais.

(http://www.pm.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/sesed_pm/instituicao/gerados/historia.asp, 2012)

Fotografia-01 Quartel do Comando Geral da Polícia Militar do RN



Fonte: http://www.pm.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/sesed_pm/instituicao/gerados/historia.asp, 2012)

Sempre respeitando os direitos humanos, garantindo a segurança pública e a tranquilidade dos cidadãos, a PM é composta na atualidade por vários órgãos e serviços especializados, habitando todos os municípios do Estado executando diuturnamente o policiamento ostensivo geral. [idem]

Antes de receber o nome definitivo que tem hoje de Polícia Militar em 1947, esta Corporação teve ainda as seguintes denominações: Corpo de Polícia da Província; Corpo Policial do Rio Grande do Norte; Companhia de Polícia; Meia Companhia de Polícia; Corpo Militar de Segurança; Batalhão de Segurança; Batalhão da Polícia Militar; Regimento Policial Militar e; Força Pública Militar. (Dantas,2010)

O Comando da Polícia Militar é regido por um oficial mais antigo e determinado por escolha do Governador do Estado, atualmente esse cargo denominado Comando Geral da PM é exercido pelo Coronel Francisco Araújo, na função desde o ano de 2010.

Segundo a Lei Complementar 090 de 04 de janeiro de 1991, o seu artigo 2º lista as competências da Polícia Militar do RN, que inclusive à época realiza algumas das obrigações que hoje pertencem ao CBM, a seguir algumas dessas competências: O policiamento ostensivo fardado; a preservação da ordem pública; a defesa civil; atuar de maneira preventiva; atuar de maneira repressiva, em caso de perturbação da ordem; atuar em conjunto com as polícias Civil, e Federal, no

combate ao tráfico de drogas e ao sequestro; e outras.

O ingresso na Polícia Militar ou no Corpo de Bombeiros Militar no Rio Grande do Norte só é possível através de concurso público com início da carreira como soldado, na categoria de praça, ou como aluno oficial na categoria de oficiais, com a possibilidade de ascensão na cadeia hierárquica. Com o passar do tempo para os oficiais e, concurso interno das Corporações para as praças, de acordo com a previsão de vagas existentes à função de Sub-Tenente, Sargentos e Cabos, respectivamente. Sendo assim, não existe como concorrer a carreira de militar estadual se não for começando como soldado ou como aluno oficial. Outra forma de subir de patente para as praças é a condecoração por bravura, prevista no Estatuto dos Policiais Militares do RN, visando promover os militares que se destacaram com uma atitude de coragem em prol da defesa de outrem. (Lei 4.630,1976)

Os círculos hierárquicos e a escala hierárquica dos militares estaduais estão dispostos na tabela a seguir:

Tabela-01 Círculo de militares

CÍRCULO DE OFICIAIS	
OFICIAIS SUPERIORES	CORONEL PM /CBM TENENTE-CORONEL PM /CBM MAJOR PM /CBM
OFICIAIS INTERMEDIÁRIOS	CAPITÃO PM /CBM
OFICIAIS SUBALTERNOS	1º TENENTE PM /CBM 2º TENENTE PM /CBM

Fonte: Lei 4.630,1976

CÍRCULO DE PRAÇAS	
PRAÇAS ESPECIAIS	ASPIRANTE – A – OFICIAL PM /CBM ALUNO OFICIAL PM /CBM
PRAÇAS	SUBTENENTE PM /CBM 1º SARGENTO PM /CBM 2º SARGENTO PM /CBM 3º SARGENTO PM /CBM CABO PM /CBM SOLDADO PM /CBM

Os alunos oficiais após o término do curso de formação, com duração de três anos, são promovidos a aspirantes, ficando nessa condição por seis meses, período onde os mesmos estagiam nos Batalhões, E em seguida, se tiverem sido aprovados no estágio, são promovidos a 2º Tenentes, iniciando assim a carreira no círculo de oficiais, tanto na PM como no CBM. (Estatuto dos Policiais Militares do Rio Grande do Norte, 1976).

O concurso para Cabos e Sargentos depende da existência de vagas e da iniciativa do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, cabendo exclusivamente ao Governador a autorização para realização dos certames internos nas Corporações, não havendo, portanto, uma ascensão natural por tempo de serviço como ocorre com os oficiais. (Estatuto dos Policiais Militares do Rio Grande do Norte, 1976).

A falta de um plano de carreira para as praças é um dos fatores do desanimo, desmotivação, revolta, irritabilidade, estresse e pedidos de baixa na PM e no CBM, tendo em vista que muitos militares chegam aos trinta anos de serviços prestados sem nenhuma promoção, não atingindo ao posto máximo possível permitido pela sua carreira. (Anotações dos profissionais de saúde mental do CABS, 2012). Um dos motivos para a desmotivação da tropa era a insatisfação salarial, o que foi momentaneamente resolvido com a criação da Lei Complementar 463/2012, que criou o subsídio dos PM's e BM's, ou seja, unificou as gratificações com os salários, tornando-se um único benefício, além de oficializar percentuais dos salários com base no soldo dos coronéis, e os demais escalonados de acordo com a patente, começando com 20% para o soldado e subindo gradativamente entre 5 a 10% por promoção. (Tabela 01)

Atualmente o efetivo da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Norte, segundo levantamento feito pelas associações de praças e oficiais das referidas instituições publicado no sítio do cabo heronides na data de 15 de agosto de 2012 está disposto na tabela 02 a seguir: (www.caboheronides.com.br).

Tabela 02 – Demonstrativo de efetivo e subsídio

LEI COMPLEMENTAR 463/2012

Apesar de Interferir no Orçamento do Estado, a lei foi aprovada em janeiro deste ano pela AL, sem previsão orçamentária. Fruto de negociação entre o Governo do RN e a categoria, ela representa acréscimo de R\$ 118 milhões

O Projeto de Lei do Governo do Estado que dispõe sobre o subsídio foi aprovado com os votos dos 22 deputados estaduais presentes em plenário na Assembleia Legislativa, na sessão do dia 14 de dezembro passado. A Proposição visa estabelecer o regime remuneratório de subsídio para os militares e tem previsão para entrar em vigor em julho de 2012, condicionada ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto às despesas com pessoal. A reivindicação partiu do consenso entre o Comando das Corporações e as associações representativas dos praças e oficiais.

**EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR**

Praças		Oficiais	
Soldados	6.726	2º tenentes	76
Cabos	921	1º tenentes	161
3º sargentos	548	Capitães	136
2º sargentos	482	Majores	90
1º sargentos	297	Tenente-coronéis	48
Subtenentes	119	Coronéis	17
16		2.961	
Alunos oficiais		Reserva e reformados	

EFETIVO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

Praças		Oficiais	
Soldados em formação	44	2º tenentes	34
Soldados	413	1º tenentes	4
Cabos	46	Capitães	7
3º sargentos	47	Majores	7
2º sargentos	27	Tenentes-coronéis	6
1º sargentos	26	Coronéis	3
Subtenentes	15		
Aspirantes a oficial	1		

Fonte: www.caboheronides.com.br

Atualmente há na Polícia Militar um efetivo de 9.637 policiais e no Corpo de Bombeiros Militar um total de 680 combatentes. Na reserva, os militares bombeiros e policiais aposentados, e os reformados, aqueles militares que foram aposentados por alguma incapacidade definitiva impossibilitando-o das atividades laborais que antes exercia, o total é de 2.961 inativos.

2.2 CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

O Corpo de Bombeiros Militar se emancipou da Polícia Militar no ano de 2002 como já citado anteriormente, ou seja, se separou tornando-se independente como Instituição permanente, prevista na lei complementar nº230 de 22 de março de 2002 e no Decreto nº16.038 de 02 de maio de 2002, sendo aprovado no mesmo decreto o Regulamento Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Norte.

O artigo 2º do referido Decreto reza quais são as funções institucionais do CBM, a seguir algumas dessas funções: Atuar na execução das atividades de defesa civil; realizar os serviços de prevenção e combate aos incêndios; participar da defesa do meio ambiente; realizar atividades de resgate, busca e salvamento; fiscalizar as atividades de segurança contra incêndio e pânico; realizar atividades auxiliares de socorros de urgência e atendimento de emergência pré-hospitalar; desempenhar atividades educativas de defesa civil, prevenção e combate a incêndios; realizar perícias de incêndios e explosões relacionadas com a sua competência; notificar, isolar e interditar, no âmbito de sua competência, as obras, habitações, serviços, locais de uso público e privado que não ofereçam condições de segurança; fiscalizar, no âmbito de sua competência, os serviços de armazenamento e transporte de produtos especiais e perigosos; fiscalizar, controlar e prevenir, no âmbito de sua competência, a prática de atividades de esporte e recreação aquática, de excursões em florestas, matas e áreas de preservação ambiental, bem como escaladas e montanhismo, e outras funções.

Essas atribuições do CBM contidas numa lei oficializam um trabalho que já havia sendo feito desde a sua criação junto a PM no ano de 1917, na segunda década do século XX, através da lei nº 424, de 29 de novembro daquele ano, criando uma Seção de Bombeiros anexa ao Esquadrão de Cavalaria. O contingente inicial do CBM contava com 20 (vinte) praças, comandados pelo Capitão João Fernandes de Almeida, que cumulativamente comandava a tropa cavalariana da Polícia Militar. (Dantas,2010)

Fotografia-02 – Inauguração do CBM



Fonte:

http://www.cbm.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/sesed_cbm/instituicao/gerados/historia.asp,2012

O que alertou nos governantes a necessidade da fundação de uma corporação específica de combate a incêndio em nosso estado foi à incidência de alguns sinistros (incêndios) de médio e grande porte no decorrer dos anos de 1915 e 1916. Neste último ano citado ocorreu um grande incêndio na estação central de trens (no bairro da Ribeira), cujo fogo destruiu incontáveis vagões carregados de lã de algodão, causando muitos prejuízos aos empresários da região e a população local.

(http://www.cbm.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/sesed_cbm/instituicao/gerados/historia.asp,2012).

No ano de 1917 a Polícia, até então intitulada Batalhão de Segurança, já dispunha de um efetivo específico de patrulhamento montado, era o Esquadrão de Cavalaria, composto com 68 homens, cujos atendiam ocorrências diuturnamente. O motivo de se vincular e subordinar a então Seção de Bombeiros ao Esquadrão de Cavalaria é muito simples: naquela época quem realizava o policiamento noturno pelas ruas da Natal eram os militares da Cavalaria. Muitas vezes esses homens se deparavam, inevitavelmente, com pequenos incêndios e se viam obrigados a combatê-los, mesmo sem possuírem conhecimentos e habilidades técnicas e/ou equipamentos adequados para tal ação. Então, passaram a ter no mínimo experiências na prática, vividas nas ocorrências de apagar o fogo. Hoje, para alcançar a excelência na prestação do serviço à sociedade torna-se necessário à motivação e qualificação do pessoal, o que requer uma melhor qualidade na preparação técnica e psicológica do bombeiro militar. Por essa razão, atualmente, foi

autorizada a construção de uma a área de convivência e entretenimento das guarnições de serviço, iniciou-se ainda a construção de um Parque de treinamento aquático, local que vai proporcionar aos bombeiros um melhor desenvolvimento e preparação física e aptidão no salvamento aquático, proporcionando assim, um melhor desempenho da atividade de mergulho. (http://www.cbm.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/sesed_cbm/instituicao/gerados/historia.asp, 2012).

Desde a sua criação o Corpo de Bombeiros Militar no Estado do Rio Grande do Norte persiste no empenho e dedicação em dotar a corporação com meios adequados para o cumprimento de sua missão, sendo constante o risco da própria vida de cada bombeiro militar nas situações mais perigosas. Ao longo de sua história é reconhecida pela prestação de serviço à sociedade pelo comprometimento de profissionais competentes que sempre honraram seu juramento de “Salvar ou morrer”, seja qual for a situação extrema de risco. Diante de muitas dificuldades que sempre acompanharam esta instituição ao longo de quase um século de existência, há um grande desafio: atender sempre, com excelência, a todo povo potiguar que precisa dos seus serviços. A corporação Bombeiro Militar tem suas missões institucionais voltadas à proteção da vida, realizando a prevenção e combate a incêndios, executando a busca, o resgate e o salvamento, atuando nas águas, na terra, e nas alturas, protegendo também o patrimônio público e privado. (http://www.cbm.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/sesed_cbm/instituicao/gerados/historia.asp, 2012).

Fotografia-03 Soldados do CBM em treinamento



Fonte: http://www.cbm.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/sesed_cbm/instituicao/gerados/historia.asp, 2012).

3 AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

A avaliação psicológica é uma prática restrita a psicólogos, isso significa que nenhum outro profissional poderá utilizar ou administrar instrumentos e técnicas psicológicas, ficando tal atitude sujeita a prática de exercício ilegal da profissão. (Resolução CFP Nº002/2003)

Ao longo da história, a avaliação psicológica adquiriu terminologias popularmente conhecidas em suas definições, entre elas estão o psicodiagnóstico, o psicotécnico e o exame psicológico, que foram difundidas no senso comum por leigos e pelos profissionais. O nome exame psicológico está mais associado a concursos públicos, seleção de profissionais em empresas e tiragem da carteira nacional de habilitação; já o termo psicodiagnóstico é comumente relacionado nos atendimentos clínicos em consultórios, com o objetivo de fazer diagnósticos e indicar encaminhamentos diferenciados para acompanhamentos terapêuticos. (Alchieri & Cruz, 2004) A avaliação psicológica foi fundamentalmente influenciada pelas principais correntes de pensamento no século XX, que salientaram cada uma, a primazia do comportamento, da cognição, do afeto, no funcionamento e na organização do psiquismo humano. (Cunha,2000).

Atualmente, um psicólogo utiliza diversas estratégias para a realização de uma avaliação psicológica, definindo bem seus objetivos para encontrar respostas a questões pré selecionadas com vistas a alcançar a solução do problema inicial; o uso de testes pode ser um passo importante do processo, mas não é o todo, constitui apenas um dos recursos que o profissional de psicologia pode lançar mão para a avaliação. (Cunha,2000).

As condutas dos indivíduos em diferentes situações criaram a necessidade de estruturar critérios de investigação sobre dimensões e características dos processos psicológicos referentes à natureza dessas condutas, assim, foi se estruturando um campo de estudos especulativo a cerca da realidade dos indivíduos, com a criação de metodologias e técnicas interventivas para instrumentalizar através dessa realidade. (Alchieri & Cruz, 2004)

O psicodiagnóstico é uma avaliação psicológica feita com propósitos clínicos, sendo assim, não abarca todos os modelos de avaliação psicológica de diferenças individuais. Um psicodiagnóstico também pode ter o objetivo de prevenção, visando identificar precocemente problemas, avaliar riscos, estimar forças e fraquezas do

ego, assim como verificar a capacidade do indivíduo de enfrentar situações novas, difíceis, conflitivas ou ansiogênicas. (Cunha,2000).

Os concursos públicos em suas seleções visam classificar os candidatos, ou seja, colocá-los dentro de uma categoria de preferências, verificando se tal pessoa está apta para entrar nessa categoria do certame, um dos termos usados em tais ocasiões, porém negativo e restritivo, é o de triagem. (Pasquali, 2001)

Seleção é uma atividade rotineira em muitas profissões, principalmente em se tratando de concurso público e concurso interno. Luiz Pasquali (2001) destaca o seguinte: “No Brasil, fala-se muito de psicotécnico, que vem sendo mais e mais exigido por disposições legais: para motorista, para polícia civil e militar, por exemplo”. (pag.34)

Este tipo de seleção ao qual Pasquali se refere, normalmente indica uma situação na qual os sujeitos são submetidos a uma bateria de testes, com o objetivo de averiguar se preenchem e satisfazem os requisitos psicológicos do cargo pretendido. (Pasquali, 2001)

A definição acima é exatamente a descrição ideal para o que ocorre na administração da avaliação psicológica nos processos de ingresso nas Corporações militares Estaduais do Rio Grande do Norte desde o ano de 2012. Os candidatos são submetidos às técnicas e testes psicológicos coletivamente, visando identificar patologias existentes, avaliar seus aspectos de personalidade comparando-os com os exigidos para exercer a função almejada e prever seu curso possível de desenvolvimento dentro das obrigações e exigências que o cargo requer.

3.1 PERFIL PROFISSIONAL PARA SELEÇÃO

A lei Complementar Nº 360 de 21 de Julho de 2008 altera o artigo 11 e o artigo 58 da Lei Estadual Nº 4630 de 16 de Dezembro de 1976, que trata sobre o Estatuto dos Policiais Militares do Estado do Rio Grande do Norte, e regulamenta a avaliação psicológica no processo de assunção a cargo público no âmbito da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar. Tal lei Nº 360 prevê no seu artigo 2º a criação da sistemática e dos critérios necessários à avaliação psicológica, nesse sentido, foi elaborado um perfil profissional das duas categorias de profissionais que integram essas Corporações Militares Estaduais, os oficiais e as praças, após a

publicação dessas normativas que será feito através de decreto pela chefe do poder executivo, existirá oficialmente um parâmetro de base comparativa para avaliações de perfis de candidatos a policiais e bombeiros militar.

Oficialmente não existe um perfil profissiográfico para avaliações psicológicas na PM ou no CBM, ou seja, não existe publicação em documento oficial ou lei que descreva um perfil para o policial e o bombeiro militar. Não foram encontrados nos arquivos do CABS no setor de psicologia nenhum documento, rascunho ou registro de perfil utilizado como parâmetro para as avaliações psicológicas nos processos seletivos anteriores ao ano de 2011, igualmente não foi encontrado em pesquisas on-line e bibliográfica alguma publicação de perfil para o ingresso na PMRN ou no CBMRN. (Arquivos do SPA)

3.2 AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA ATÉ 2011 NA PM E CBM

De acordo com os registros do SPA (Setor de Psicologia Aplicada), até o ano de 2011 eram administrados nos processos seletivos para ingresso nas Corporações Militares Estaduais os testes Palográfico e/ou o HTP (House Tree Person), para a avaliação da personalidade, AC (Atenção Concentrada), para medir a atenção concentrada do candidato, TEPICT-M (Teste Pictórico de Memória) usado para aferir a memória de curto prazo, o teste R1 que avalia a inteligência e um teste de memória auditiva, não encontrado na lista do satepsi com aprovação no CFP (Conselho Federal de Psicologia) do referido instrumento, verificado no site do Conselho na parte do SATEPSI (Sistema de avaliação de testes psicológicos). (Dados do SPA, 2013)(www2.pol.org.br/satepsi/sistema/admin.cfm) No entanto, existe a lei complementar nº 360 de 21 de julho de 2008 dispondo um quesito para avaliação de memória auditiva, embora, não tenha sido encontrados parâmetros éticos na resolução do CFP nº02/2003 que justifique a utilização de um instrumento sem aprovação científica, cuja resolução citada em seu artigo 16 prevê falta ética.

Foram encontrados na pesquisa aos testes dados e um documento que, comprovam a partir do ano 2010 a administração do TEPICT-M, do AC e do teste de memória auditiva, nas avaliações de anos anteriores não há documentação ou testes que confirmem quais instrumentos eram utilizados, só existem documentos e testes psicológicos nos arquivos do SPA de 2010 até o ano corrente de 2013. Os

registros mais antigos não se encontram nos arquivos do SPA, segundo informações verbais repassadas pelo psicólogo José Araújo, chefe do Setor de Psicologia Aplicada e responsável técnico, alguns testes foram incinerados há um tempo, por um psicólogo que é oficial superior da Polícia Militar, na oportunidade ele era um dos guardiões dos arquivos. (Informação verbal, 2013)

Uma curiosidade merece destaque na pesquisa, a irregularidade no número de instrumentos utilizados de uma avaliação psicológica para outra e seus critérios de escolha, por exemplo, em 2011 realizou-se uma seletiva com o uso dos testes TEPIC-M, AC, HTP e o de memória auditiva, já no ano anterior de 2010 foram aplicados o HTP, Palográfico e o de memória auditiva, ou seja, a quantidade de instrumentos para aferição aumentou de um ano para o outro. O diretor do CABS o TC (Tenente Coronel) Silvério informou que com muitos obstáculos foram adquiridos os testes que existem hoje no SPA, pois, dificuldades financeiras da DSPM impediram essa compra em momentos anteriores, e ainda hoje, é muito difícil conseguir a aquisição de mais material, tanto para o Setor de Psicologia quanto para qualquer outro setor da diretoria. (Arquivos do SPA, 2013)

Outro obstáculo destacado pelos psicólogos do SPA é a falta de logística para a realização de uma avaliação psicológica, que é exatamente a ausência de condições físicas e ambientais para a administração dos testes numa seletiva. Isto dificulta e prejudica o procedimento, tendo em vista que, cada manual de teste vêm com suas prerrogativas mínimas necessárias para a aferição do instrumento, portanto, não poderia acontecer a inexistência de carteiras adequadas, salas suficientes, supervisores auxiliares e ambientação apropriada, com a acústica e a climatização recomendada nos manuais.

Em julho de 2011, foi determinado ao SPA (Serviço de Psicologia Aplicada) que elaborasse o perfil profissiográfico do policial militar do Estado do Rio Grande do Norte. Foi feito um questionário estruturado de pesquisa direcionado aos comandantes militares, com o objetivo de que esses respondessem quesitos sobre o trabalho policial militar e bombeiro militar, para ser possível a coleta de informações na elaboração oficial do perfil referido em questão, após a tabulação das respostas encontradas criou-se o primeiro perfil profissiográfico oficial das Corporações Militares Estaduais do RN. Há itens com os seguintes aspectos: Controle emocional, ansiedade, angústia, impulsividade, autoconfiança, resiliência, agressividade,

disposição para o trabalho, fluência verbal, sinais fóbicos, sinais psicóticos, responsabilidade, coragem, memória, desajustamento psicossocial, neuroticismo e inteligência.

De acordo com os arquivos do SPA, infere-se que, as avaliações psicológicas dos concursos até o ano de 2011, tenham sido feitas levando em consideração as atribuições dos cargos dos editais dos concursos, como parâmetro comparativo para a aprovação ou não do candidato a função pretendida. No ano de 2011 com a elaboração do perfil profissiográfico do policial e do bombeiro militar, é que pela primeira vez, ocorreu uma avaliação psicológica com um perfil de base para definição dos aptos e inaptos no concurso. No entanto, faz-se necessário observar que, a resolução do Conselho Federal de Psicologia nº01/2002, prevê autonomia ao psicólogo utilizar métodos e técnicas psicológicas adequadas e reconhecidas pela comunidade científica para realização de uma avaliação, portanto, mesmo que esse perfil ainda não tenha sido publicado oficialmente, as avaliações precedentes não deixaram de ter sua legitimidade no procedimento.

A lei complementar Nº 394 de 03 de setembro de 2009 (Anexo A) cria um novo quadro de oficiais de saúde para a PM-RN, aumenta o efetivo do quadro de saúde e dá outras providências. Entre essas providências está à inclusão no QOSPM (Quadro de Oficiais de Saúde da Polícia Militar) de psicólogos, o que ocorrerá quando existir o concurso para preenchimento de tais vagas, o que inclusive já têm edital pronto desde o ano de 2009 com a publicação dessa lei, mas que até agora não houve o certame para a ocupação das referidas vagas e das demais complementares previstas na lei. (Arquivos do CABS, 2013)

É importante destacar que, não existem psicólogos no quadro de profissionais na PM-RN ou no CBM-RN até o dia de hoje, o que existe é um psicólogo do Estado cedido para atuar nas Corporações Militares Estaduais, mais especificamente na Diretoria de Saúde da Polícia Militar, há mais de 25 anos. O mesmo era o único a cuidar e resolver todos os procedimentos, administrações e etapas das avaliações psicológicas até 2011. Além desse profissional, existe outro também pertencente ao quadro de saúde do Governo do Estado do RN e que está cedido à Diretoria de Saúde da Polícia Militar desde o ano de 1990, fazendo atendimento clínico e encaminhamentos no Centro Clínico Coronel José Carlos Passos. No momento, existe um psicólogo concluindo sua formação em especialização na avaliação

psicológica que é SD (soldado) combatente da Polícia Militar, e que o mesmo está atuando na seleção de concursos e na avaliação para promoção no CABS, mas com desvio de função, pois, como relatado anteriormente, não existe oficialmente psicólogos no quadro de saúde da PM-RN ou CBM-RN. (Arquivos do CABS, 2013)

3.3 DIAGNÓSTICOS RECORRENTES

No dia 22 de fevereiro de 2013 foi realizada uma pesquisa documental minuciosa em todos os prontuários médicos de militares afastados pela JPMS (Junta Policial Militar de Saúde), aonde se constatou o diagnóstico de 235 militares em tratamento de saúde por problemas psiquiátricos, sendo que desses, 165 em LTS (Licença de Tratamento de Saúde). São militares afastados totalmente das atividades laborais para se dedicarem exclusivamente à recuperação de sua saúde, e 70 em restrição do serviço, que são os profissionais que já recuperaram, pelo menos em parte, de acordo com o parecer psiquiátrico, sua capacidade de voltar ao trabalho, mesmo que de maneira administrativa interna nas casernas. (Dados da JPMS, 2013)

A contabilização dos militares afastados pela junta médica por diagnósticos psiquiátricos se deu através da Classificação Internacional de Doenças. A JPMS agrupa todos os diagnósticos em três classificações, que juntas correspondem aos 100% dos militares que se afastam para tratamento de saúde, são os afastados pela psiquiatria, pela ortopedia e os clínicos. Os motivos psiquiátricos lideram com aproximadamente 42% do total de afastados, a ortopedia vem em segundo lugar com pouco mais de 39% e os casos clínicos com cerca de 18% aparecem em terceiro. (Dados da JPMS, 2013).

Tomando por base a classificação da CID-10 em subgrupos do F00 ao F99, foi possível estabelecer uma concorrência das categorias mais frequentes entre todos os diagnósticos psiquiátricos encontrados na pesquisa, onde os principais transtornos mentais contabilizados deram origem à seguinte tabela:

Tabela-03 – Concorrência de diagnósticos psiquiátricos

1º Lugar: Estresse	84 Militares	35% do total de 235 afastados
2º Lugar: Ansiedade	51 Militares	21% do total

3º Lugar: Psicoses	41 Militares	17% do total
4º Lugar: Depressão	38 Militares	16%
5º Lugar: Álcool e outras drogas	35 Militares	14%.

Os diagnósticos mais recorrentes entre os militares estão demonstrando a necessidade de atendimentos preventivos na área de saúde mental, não só com a psiquiatria, mas com a psicologia também, ajudando a estabelecer estratégias de prevenção e políticas públicas de ações para o tratamento atingir o sucesso com um número cada vez mais alto.

Segundo os profissionais de saúde mental do CABS, existe um projeto desde o ano de 2011 que estabelece os profissionais, o espaço físico e todo o equipamento necessário para a criação de um CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) específico para a SESED (Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social) abrangendo os policiais militares e os bombeiros militares do Estado. O referido projeto nunca saiu do papel, mas no mês de maio de 2013 houve um interesse em saber detalhes e a viabilidade pela Governadora do Estado do RN Rosalba Ciarline, fato visto com otimismo por todos que compõem a DSPM.

Há casos que apresentam em seu prontuário mais de um CID, por exemplo, foi encontrado mais de uma vez o CID-10 F43 (reações agudas ao estresse e transtorno de adaptação) associado ao CID-10 F10.3 (síndrome de abstinência alcoólica), o que caracteriza esse paciente como fazendo parte de dois subgrupos, o de álcool e outras drogas e o de estresse. Assim, pode-se afirmar com certeza que essa pessoa possui os dois diagnósticos, portanto, integrando dois subgrupos e não apenas um. Dessa forma, é possível planejar com critérios específicos as avaliações psicológicas nos próximos concursos, com o intuito de detectar nos candidatos tais transtornos, evitando o ingresso nas Corporações Militares Estaduais de pessoas que não tenham o perfil adequado para exercer o cargo, por possuírem patologias incompatíveis com as funções.

A lista completa com todos os diagnósticos psiquiátricos encontrados, sem as especificidades de cada CID segue na tabela abaixo:

Tabela 04 – Diagnósticos recorrentes

Diagnósticos	Nº de	Percentual	Descrição do transtorno
---------------------	--------------	-------------------	--------------------------------

	Militares		
F43	84	35,74%	Transtornos relacionados ao estresse
F41	51	21,70%	Transtornos de ansiedade
F31	25	10,63%	Transtornos de humor (Psicóticos)
F10	20	8,51%	Transtornos devido ao uso de álcool
F32	19	8,08%	Episódios depressivos
F33	19	8,08%	Transtornos depressivos recorrentes
F19	11	4,68%	Transtornos devido ao uso de múltiplas drogas e de outras substâncias psicoativas
F23	8	3,40%	Transtornos psicóticos
F60	6	2,55%	Transtornos de personalidade
F20	5	2,12%	Esquizofrenias (Psicóticos)
F54	4		
F25	3		
F68	3		
F17	2		
F14	2		
F06	2		
F42	1		
F34	1		

Fonte: JPMS

Dentre todas as psicopatologias encontradas a mais comum foi o CID-10 F43, reações ao estresse grave e transtorno de adaptação, com 58 militares detectados com esse problema, em segundo lugar ficou o CID-10 F41.2, transtorno misto de ansiedade e depressão com 51 casos, em terceiro apareceu na estatística mais um código relacionado ao estresse, o CID-10 F43.2, que são transtornos de adaptação, com um total de 24 profissionais com tal diagnóstico.(Dados da JPMS,2013)

Desse modo, pode-se perceber que, a atividade ostensiva da Polícia Militar e

do Corpo de Bombeiros Militar têm influência direta na saúde mental de seus integrantes, causando afastamentos do trabalho por motivos de incapacidades adquiridas ao longo do processo de adoecimento mental do militar.

A avaliação psicológica adquire mais importância no processo de seleção para ingresso nas Corporações Militares Estaduais com essas informações. Pois o aperfeiçoamento de tal procedimento deverá se tornar mais criterioso, com objetivos de detectar os diagnósticos recorrentes citados nos candidatos a futuros policiais e bombeiros. A escolha dos instrumentos para a administração nas avaliações e as técnicas utilizadas deverão, a partir de agora, utilizando os dados obtidos, investigar nos avaliandos a pré existência de tais doenças mentais que possam impossibilitá-los para o exercício da função.

3.4 PERFIL PROFISIOGRÁFICO SUGERIDO

Como já foi relatado anteriormente, o contingente militar atual da PM é de 9.637 policiais na ativa, sendo que, desses, 226 estão pela JPMS, correspondendo a 2,43% do total da tropa; no CBM o percentual de afastados é ainda menor em comparação com a PM, apenas 9 são Bombeiros, número que corresponde a 1,32% do efetivo atual de 680 homens no Corpo de Bombeiros Militar.

Os números são considerados dentro da expectativa segundo o Cap. Epitácio, único psiquiatra das Corporações Militares Estaduais, pois, até um percentil de 3% é o esperado. (Dados do CABS,2013)

Mesmo com os índices de afastamento ficando dentro do tolerável, os comandantes por várias vezes já demonstraram insatisfação com os problemas ocasionados pela falta dos militares à disposição deles para atuar no serviço ostensivo, não sendo essa atitude, segundo informações dos profissionais de saúde mental do CABS, uma preocupação com a saúde dos subordinados, mas sim o prejuízo em ficar sem efetivo para trabalhar. (Dados do CABS,2013) Estimativas da DSPM (Diretoria de saúde da Polícia Militar) remetem que aproximadamente mais de 2 mil homens das Corporações PM e CBM já passaram pelo serviço de psiquiatria da JPMS, isso significa um percentual de mais de 20% da tropa precisou em algum momento da carreira de auxílio médico psiquiátrico e/ou ainda precisa.

Diante do exposto, a DP (Diretoria de pessoal) solicitou ao SPA em maio de

2012 que, fosse aperfeiçoado o perfil do policial e do bombeiro militar para ingresso, com o intuito de publicar em breve, e assim, oficializar o documento. Desse modo, através de novas tabulações, reuniões e consultorias com profissionais tecnicamente competentes e reconhecidos na área do saber em questão, foi tabulado o novo perfil para as corporações com o título de “características de aptidão e personalidade indispensáveis para o candidato a ingresso nas corporações militares estaduais”.

Os itens do perfil são: Controle emocional frente às situações de tensão, ansiedade situacional, indicadores de impulsividade, expressão de autoconfiança, indicadores de resistência a frustração, inteligência, elementos de manifestação de agressividade, motivação e disposição para o trabalho, fluência verbal, indicadores patológicos, memória e atenção concentrada. As nomenclaturas aprimoradas e atualizadas se intitulam agora: Controle emocional frente às situações de tensão, abrangendo melhor e esclarecendo mais sua aferição a ser medida nos instrumentos, indicadores de impulsividade, expressão de autoconfiança, indicadores de resistência a frustração, que substituiu a resiliência, elementos de manifestação de agressividade, motivação e disposição para o trabalho, indicadores patológicos, que agrupou os sinais fóbicos e os sinais psicóticos do perfil anterior; a atenção concentrada, característica de medição que não tinha sido inserida foi acrescentada. (Dados do CABS, 2013)

4 AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NO PROCESSO SELETIVO PARA SOLDADO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE 2012

Na data de 15 de dezembro de 2011, foi determinado verbalmente pelo TC Silvério ao SPA, que tomasse as providências necessárias e cabíveis para fazer uma avaliação psicológica seletiva para o cargo de soldado do CBM na data estabelecida pela JPMS de 09 de janeiro de 2012. Dessa forma, o psicólogo civil chefe do SPA José Araújo informou que na data prevista estaria de férias, repassando assim a responsabilidade técnica e administrativa da avaliação psicológica para o psicólogo militar Alexandre Bosco, adjunto ao SPA. (Dados do CABS,2013)

Em parceria com o professor do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) João Carlos Alchieri, foi elaborado o planejamento do processo de avaliação psicológica, aonde não foi possível colocar em prática a administração dos instrumentos preteridos, por motivo da falta de apoio logístico, pouco tempo e principalmente pela inexistência dos testes planejados para a avaliação no SPA, sendo assim, uma estratégia alternativa, legal e eficiente desenvolveu-se. Houve o contato com o psiquiatra da PM o CAP. Epitácio, cujo faria em momento posterior da avaliação psicológica, a entrevista psiquiátrica individual constante no edital do concurso, e o mesmo se prontificou estar em contato direto com o SPA, colaborando no que fosse preciso, no sentido de viabilizar a lisura, transparência e eficiência no processo seletivo. (Dados do CABS,2013)

Diante das dificuldades, entre elas a falta de infraestrutura para adequadamente realizar a aplicação do R1 e do HTP, a inexistência de supervisores para auxiliar a administração dos testes e um único psicólogo para avaliar todos os instrumentos dos avaliandos, a solução encontrada foi de realizar um processo integrado entre o psiquiatra e psicólogo. Sendo assim, a avaliação psicológica só obteve as condições de administração de 3 instrumentos no processo avaliativo e uma técnica à parte, foram eles o Palográfico para avaliação de personalidade, o AC de medição na atenção concentrada e o TEPIC-M para memória de curto prazo, além da técnica de observação, a ser feita pelo psicólogo na entrevista individual de cada um ao psiquiatra.

Segundo Marilda Fernandes Danna (1999), o uso da observação tem permitido:

“Descobrir que o comportamento é influenciado pelas consequências que produz no ambiente; que os modos pelos quais essas consequências se distribuem no tempo determinam diferentes padrões de comportamento; que o comportamento pode ficar sob influência de estímulos particulares do ambiente, em detrimento de outros.” (pag.23)

A mesma autora diz que a observação é utilizada para coletar dados acerca do comportamento, e que o psicólogo faz uso dessa técnica em diferentes situações de aplicação da psicologia, uma dessas é para fazer análise de função. (Danna, 1999)

Após serem traçadas as metas do processo seletivo de avaliação psicológica, detectadas as deficiências, impossibilidades e visando complementar a eficácia da seleção, foi empregado um instrumento de avaliação clínica médica psiquiátrica, o Inventário Clínico Multiaxial de Millon III (*MCMI-III*), um inventário com validade médica nacional e internacional, cujo contém 175 afirmações de como a pessoa melhor se descreve e sua maneira de ser; para manuseio do psiquiatra em avaliação coletiva e posterior entrevista individual. (Millon, 2007)

O CAP. Epitácio prontamente procedeu com o uso do inventário, que inclusive, afirmou já conhecer a precisão e validação do mesmo. A avaliação psiquiátrica coletiva com a utilização do Inventário se deu no mesmo dia 09 de janeiro de 2012 logo após o término da avaliação psicológica.

A avaliação psiquiátrica dos candidatos ao curso de formação de soldado do Corpo de Bombeiros Militares do RN foi realizada através de uma entrevista psiquiátrica individual, para obtenção de uma anamnese e realização de um exame do estado mental, subsidiada pelo resultado do Inventário Clínico Multiaxial de Millon III. Foram examinados 58 candidatos, sendo considerados 56 aptos, sem patologia psiquiátrica diagnosticada e 2 inaptos, com patologia psiquiátrica identificada, 2 faltaram às avaliações. (Dados do CABS, 2013)

A avaliação psicológica teve em sua composição o Palográfico e o AC como previstos no planejamento. (Dados do SPA, 2013)

Ocampo (2001) diz que:

“Ao planejar uma bateria de testes o psicólogo pode incorrer em dois erros: alongar ou encurtar o processo. Tal processo deve ser suficiente amplo para compreender bem o paciente, ao mesmo tempo que não se deve prolongar demais” (pag.49)

O psicólogo responsável pela seleção dos bombeiros, em supervisão com o professor Alchieri do Departamento de Psicologia da UFRN, decidiu que o processo de avaliação não seria longo demais ou curto, e sim o suficiente para ser possível uma aferição da personalidade de cada candidato diagnosticando sua aptidão ou inaptidão para a assunção do cargo de soldado do CBM. (Dados do SPA, 2013)

O planejamento da seleção se deu com a divisão dos 60 candidatos em duas turmas de 30, aonde os 30 primeiros foram separados de acordo com o critério da ordem de classificação no concurso, e os 30 restantes aguardaram sua vez em local afastado e diferente do ambiente de avaliação. O psicólogo responsável contou com a ajuda de um auxiliar na administração e fiscalização do processo, estagiário de psicologia voluntário. A sequência da seletiva transcorreu primeiramente com o teste Palográfico, seguido do AC, ao término houve a condução do Inventário de Millon pelo psiquiatra.

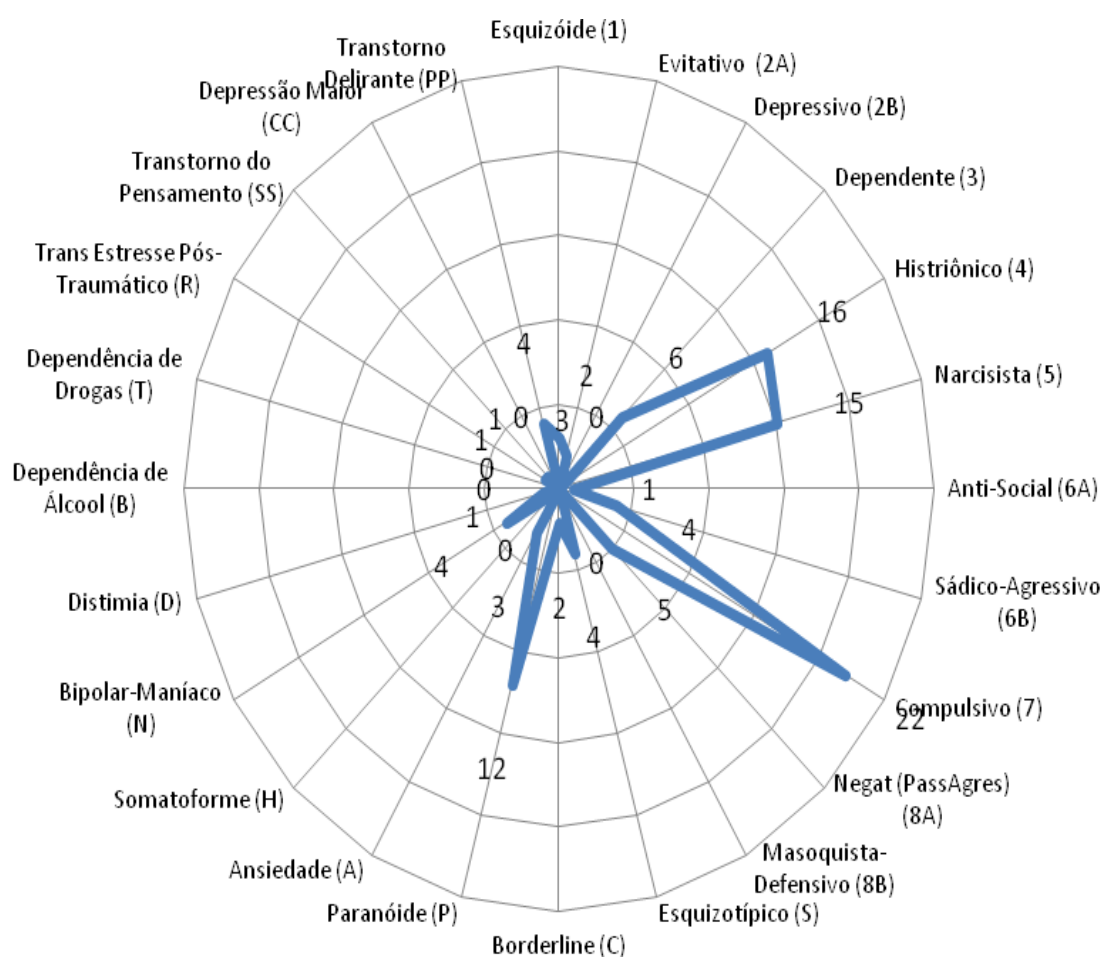
Na semana seguinte aconteceram as entrevistas psiquiátricas individuais com a observação psicológica, num mesmo momento, havendo uma interação multiprofissional nessa etapa de avaliação de saúde do concurso, pela primeira vez na história da PM e do CBM, com a análise do resultado gráfico produzido pelas respostas do Inventário Clínico Multiaxial de Millon – III, e o debate dos profissionais psiquiatra e psicólogo sobre a entrevista e a observação após cada candidato. (Dados do SPA, 2013)

Os gráficos referidos acima foram traçados após tabulação sistemática e minuciosa através de sistema de informática das respostas sob responsabilidade do Departamento de Psicologia da UFRN e acompanhamento do psicólogo responsável pela avaliação. É importante destacar que o Inventário Clínico Multiaxial de Millon – III é um instrumento de uso médico psiquiátrico e não um teste psicológico, dessa

maneira, somente a compilação dos resultados inseridos no sistema é que ficou sob responsabilidade dos psicólogos. (Rocha, Souza, Alchieri, Sales & Alencar, 2010)

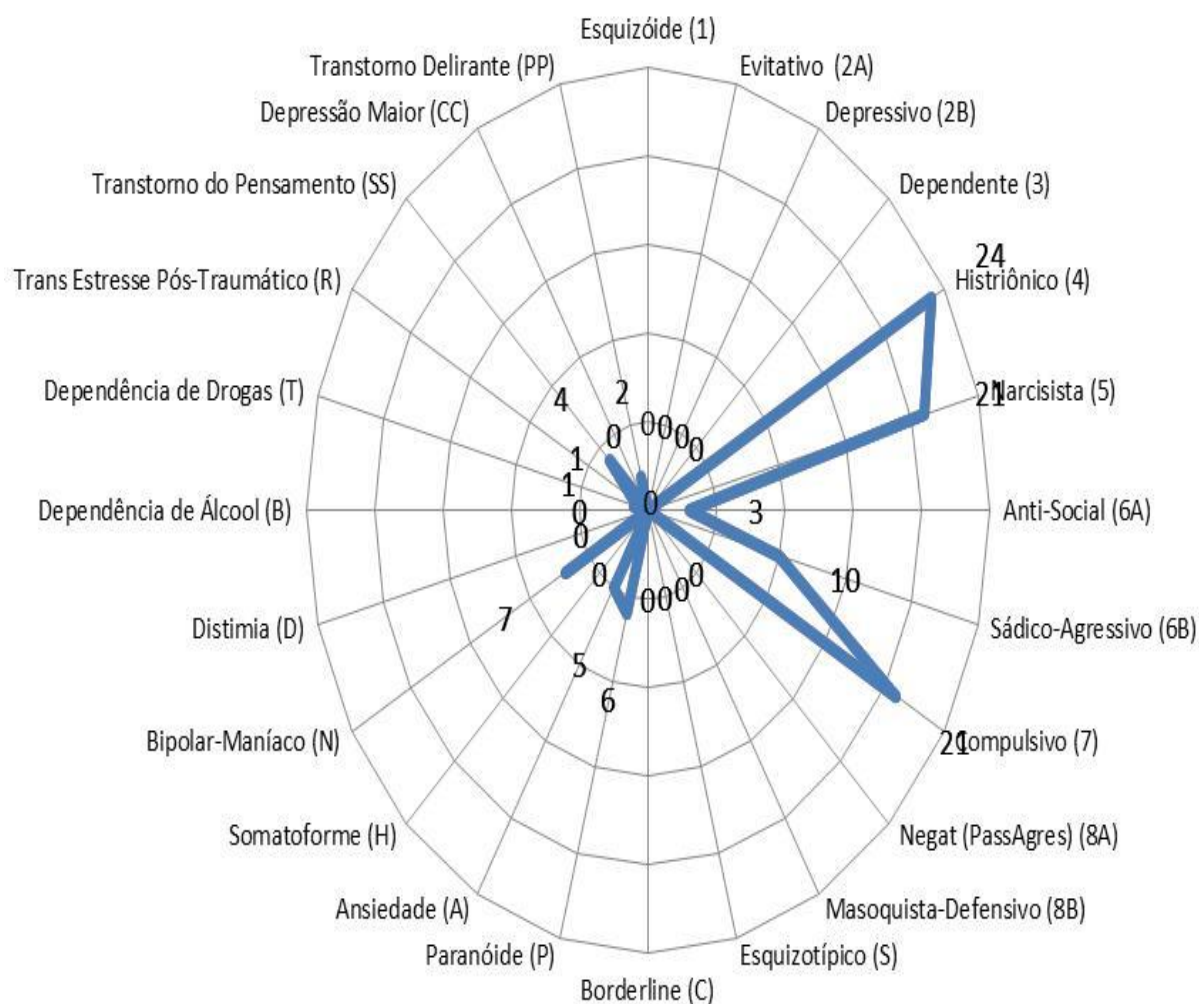
Abaixo, dois dos gráficos produzidos pelas respostas dos candidatos:

Gráfico 01 – Representação de um candidato



Fonte: Arquivos do CABS

Gráfico 02 – Representação de outro candidato



Fonte: Arquivos do CABS

Em ambos os gráficos acima, a avaliação do psiquiatra foi considerada como positiva sem a comprovação de patologia detectada no Inventário; de posse dessas informações a observação feita pelo psicólogo pode ser mais apurada e objetiva, no sentido de perceber no candidato algum comportamento patológico. (Dados do SPA, 2013) A avaliação psicológica detectou que, dos 58 candidatos avaliados no processo, 56 foram considerados aptos para assumir a função de soldado do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Norte e 02 foram declarados inaptos para exercer o cargo. Comprovado cientificamente através dos testes, os 02

inaptos foram os mesmos avaliandos que a psiquiatria declarou incapacidade por apresentarem patologia catalogada na CID-10. (Dados do SPA, 2013) Os dois inaptos no processo de avaliação de saúde do concurso, que correspondeu a avaliação psicológica e a psiquiátrica, impetraram com ação judicial objetivando continuarem na próxima etapa do concurso, a saber, o curso de formação de soldados, cujas ações receberam parecer provisório favorável do Juiz, sendo assim, os dois ingressaram sim na Corporação do CBM, um desistiu e o outro se formou soldado, o processo ainda não foi julgado o mérito. (Dados do SPA, 2013)

A avaliação psiquiátrica foi conduzida, como já citado anteriormente, pelo Capitão Eptácio de Andrade Filho, médico psiquiatra, e a avaliação psicológica realizada pelo Alexandre Bosco da Silva Oliveira, psicólogo, supervisionado pelo professor Doutor João Carlos Alchieri, do departamento de psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

5 CONCLUSÃO

O histórico das avaliações psicológicas nas Corporações Militares não advinha de uma sistemática de trabalho uniforme e constante, sempre se dava de acordo com o entendimento do psicólogo responsável, não obstante tais processos incorriam em alguma falha, seja na administração da bateria de testes, na logística emprega, como locais inadequados, carteiras inapropriadas e ou na escolha de algum instrumento avaliativo ilegal, como o suposto teste de memória auditiva.

Uma padronização, modernização e atualização eram necessárias, além da elaboração definitiva de um perfil profissiográfico para as funções, e tudo isso norteou o sucesso do processo de avaliação em 2012. Um processo avaliativo psicológico seletivo para o ingresso nas Corporações Militares Estaduais nunca tinha sido tão elaborado, planejado e eficiente como este se deu, o histórico das avaliações mostra que em nenhum outro momento da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros houve integração da psicologia com a psiquiatria como ocorreu nesse momento, além do que também nunca aconteceu de uma etapa de um concurso público ser supervisionada por um Departamento de Universidade Federal como foi o caso.

Outro fato norteador dessa pesquisa documental foi que, jamais havia sido contabilizado todos os CID's psiquiátricos dos militares afastados pela junta médica da polícia e dos bombeiros, ou seja, uma mapa dessas psicopatologias foi criado para embasar futuras decisões sobre prevenção e seleção no ingresso nas corporações militares estaduais.

Esta última experiência de avaliação psicológica para ingresso servirá de base para futuras avaliações que surgirão nos processos seletivos dessas corporações, respaldando cientificamente todas as etapas das seletivas, diminuindo a possibilidade de erro numa provável aptidão de candidato não recomendado de acordo com o perfil exigido. Dessa maneira, consequentemente, se evitará uma frequência de passagens dos militares das corporações na Junta Policial Médica de Saúde (JPMS), pois, tais profissionais estarão melhores habilitados a exercerem a função que cada um foi designado, haja vista possuirão o perfil adequado para o desenvolvimento da profissão. As próximas avaliações terão a de 2012 como

referência, sempre com atualização de técnicas e instrumentos mais adequados para aferir o perfil profissiográfico dos candidatos, focando no psicodiagnóstico como investigação de alguma psicopatologia pré-existente ou pré-disposta a ocorrer no avaliando e também na equiparação do perfil do avaliado com o exigido para assumir o cargo.

O resultado desse processo serviu para provar que muita coisa ainda precisa ser mudada na seleção para ingresso nas corporações militares estaduais, a começar pelo efetivo de saúde que precisa ser aumentado. Principalmente destaca-se a necessidade de profissionais psicólogos e psiquiatras, pois o número existente é insuficiente e limitado. A aquisição de novos instrumentos de testagem psicológica precisa ser feita, pois, as opções existentes atualmente nos arquivos do SPA são pequenas, enfim, precisa existir mais autonomia para a psicologia na diretoria de saúde da Polícia Militar, para com isso, ser possível nos próximos concursos uma avaliação sem precedentes, com todas as condições logísticas necessárias que a ocasião merece.

REFERÊNCIAS

ALCHIERI, J.C. & CRUZ, R.M. **Avaliação Psicológica: conceitos, métodos e instrumentos** – São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

ANOTAÇÕES dos profissionais de saúde mental do CABS, 2012.

ARQUIVOS do Centro de Ação Básica à Saúde (CABS), 2013.

ARQUIVOS do Serviço de Psicologia Aplicada (SPA), 2013.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: Texto Constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão números 1 a 6/94. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004.

BRASIL. Decreto nº16.038 de 02 de Maio de 2002. Aprova o Regulamento Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Norte, e dá outras providências.

BRASIL. Lei Estadual nº4.630 de 16 de Dezembro de 1976. Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares do Estado do Rio Grande do Norte, e dá outras providências.

BRASIL. Lei Complementar nº090 de 04 de Janeiro de 1991. Dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte, e dá outras providências.

BRASIL. Lei Complementar nº463 de 03 de Janeiro de 2012. Dispõe sobre o subsídio dos Militares do Estado, e dá outras providências.

BRASIL. Lei Complementar nº 360 de 21 de Julho de 2008. Altera a Lei Estadual n.º 4.630, de 16 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares do Estado do Rio Grande do Norte.

BRASIL. Lei complementar nº230 de 22 de março de 2002. Dispõe sobre o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Norte, fixa o efetivo da Corporação, e dá outras providências.

BRASIL. Lei complementar nº 394 de 03 de Setembro de 2009. Dispõe sobre Quadros Funcionais da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte, aumenta o efetivo da Corporação e dá outras providências.

CID-10 / Organização Mundial de Saúde; tradução Centro Colaborador da OMS para a Classificação de Doenças em Português. 9.ed.rev. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

CUNHA, Jurema Alcides. **Psicodiagnóstico V**. 5.ed. revisada e ampliada – Porto Alegre: Artmed, 2000.

DADOS da Junta Policial Militar de Saúde (JPMS), 2013.

DALGALARRONDO, Paulo. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. – 2.ed.- Porto Alegre: Artmed, 2008.

DANNA, Marilda Fernandes. MATOS, Maria Amélia. **Ensinando observação**: uma introdução. 4ª.ed.- São Paulo: Edicon, 1999.

DANTAS, Ângelo Mário de Azevedo. **Cronologia da Polícia Militar do Rio Grande do Norte**: 175 anos de história: 1834 - 2009. Natal, RN: Edição do Autor, 2010.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 3.ed.- Curitiba: Positivo, 2004.

<http://assecompmrn.wordpress.com/about/>. Acesso em: 12 jun. 2013.

<http://www.caboheronides.com.br>. Acesso em: 15 ago. 2012.

http://www.pm.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/sesed_pm/instituicao/gerados/historia.asp, 2012>. Acesso em: 10 Dez. 2012.

http://www.cbm.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/sesed_cbm/instituicao/gerados/historia.asp, 2012>. Acesso em: 11 Dez. 2012.

<http://www2.pol.org.br/satepsi/sistema/admin.cfm>). Acesso em: 29 mai. 2013.

INFORMAÇÕES da Diretoria de Pessoal da Polícia Militar do Rio Grande do Norte, 2012.

MILLON, T.; DAVIS, R.; MILLON, C.; & GROSSMAN, S. (2006). **The Millon Clinical Multiaxial Inventory – III, third edition (MCMI-III)**. Minneapolis: Pearson Assessment.

MILLON. T. (2007). **The Millon inventories clinical and personality assesment**. The Guilford press. 498-524.

OCAMPO, María Luiza Siquier; ARZENZO, María Esther García; PICCOLO, Elza Grassano de e colaboradores; **O Processo psicodiagnóstico e as técnicas projetivas**. Tradução Miriam Felzensz Walb; revisão técnica Luiz Lorenzo Rivera. 10ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2001.

PASQUALI, Luiz. **Técnicas de Exame Psicológico – TEP: manual**/Luiz Paquali organizador. 1ª. ed. – São Paulo: Casa do Psicólogo / Conselho Federal de Psicologia. 2001.

RECURSOS HUMANOS do Hospital Central da Polícia Militar Coronel Pedro Germano, 2013.

RESOLUÇÃO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA nº002/2003. Define e regulamenta o uso, a elaboração e a comercialização de testes psicológicos e revoga a Resolução CFP nº 025/2001.

ROCHA, H. R. R. P. da. (2011). **Tradução e adaptação da escala de dependência de substâncias do Millon Clinical Multiaxial Inventory III para o Brasil**. (Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal).

ROCHA, H. R. R. P., SOUSA, H. K. C., ALCHIERI, J.C., SALES E. A., ALENCAR, J. C. N. (2010). **Estudos de adaptação do Millon Clinical Multiaxial Inventory-III para avaliação de aspectos psicopatológicos da personalidade no Brasil**. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 60(1):34-39.

ROCHA, Ruth. **Minidicionário**. Ilustrações Maria Luiza Ferguson -10.ed.- São Paulo: Scipione, 1996.

SOUSA, H. K. C. de. (2011). **Estudos de Validade da escala de dependencia alcoólica do Millon Clinical Multiaxial Inventory III para o Brasil**. (Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal).

APÊNDICES

APÊNDICE A – Ofício 007/2013 – SPA/CABS

APÊNDICE B – Ofício 008/2013 – SPA/CABS

ANEXO

ANEXO A – Lei complementar nº 394 de 03 de Setembro de 2009.